

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE TÉCNICOS-ADMINISTRATIVOS

5016 – ASSISTENTE SOCIAL - TIPO A

FRASE: A EDUCAÇÃO É O NOSSO PASSAPORTE PARA O FUTURO.

(Transcrever a frase acima para a folha de resposta)



SUA PROVA

- Além deste caderno de provas, contendo 100 (cem) questões objetivas, o candidato receberá do fiscal de sala a Folha de Respostas destinada às respostas das questões objetivas.



TEMPO

- A prova objetiva terá duração de 4h (quatro horas).
- O candidato somente poderá se retirar do local de realização das provas após o decurso de 2 (duas) horas do horário de início das provas.
- O candidato, também, somente poderá se retirar da sala de aplicação de provas a partir dos 60 (sessenta) minutos do horário de início das provas.
- Em hipótese alguma o candidato levará consigo o caderno de prova.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- ausentar-se da sala ou do local de prova sem o acompanhamento de um fiscal;
- fazer uso de calculadora, relógio de qualquer espécie e/ou agenda eletrônica ou similar;
- portar, após o início das provas, qualquer equipamento eletrônico e/ou sonoro e/ou de comunicação ligados ou desligados;
- comunicar-se com outro candidato ou terceiros, verbalmente ou por escrito, bem como fazer uso de material não permitido para a realização das provas;
- lançar meios ilícitos para a realização das provas;
- deixar de devolver ao fiscal qualquer material de aplicação das provas, fornecido pelo Idecan;
- portar arma, ainda que possua o respectivo porte;
- usar sanitários após o término da prova, ao deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se o cargo deste caderno de prova coincide com o registrado no cabeçalho de cada página e com o cargo para o qual você está inscrito. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências.
- Confira seus dados pessoais, cargo, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas.
- Assine seu nome, no espaço reservado, com caneta esferográfica em material transparente, de tinta cor azul ou preta.
- Em hipótese alguma haverá substituição da Folha de Respostas por erro do candidato.
- O candidato deverá transcrever as respostas da prova objetiva para a Folha de Respostas, sendo este o único documento válido para a correção da prova. O preenchimento da Folha de Respostas será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas no Edital, no Caderno de Prova e na própria Folha de Respostas.
- O IDECAN realizará identificação datiloscópica de todos os candidatos. A identificação datiloscópica compreenderá a coleta das impressões digitais dos candidatos.
- Ao terminar a prova, o candidato deverá, OBRIGATORIAMENTE, devolver ao fiscal o Caderno de Prova e a Folha de Respostas, ambos devidamente assinados, apenas, nos locais indicados.
- Durante a realização das provas, o envelope de segurança com os equipamentos e materiais não permitidos, devidamente lacrado, deverá permanecer embaixo ou ao lado da carteira/cadeira utilizada pelo candidato, devendo permanecer lacrado durante toda a realização das provas e somente poderá ser aberto no ambiente externo do local de provas.
- Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala só poderão sair juntos.
- Os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas serão divulgados na Internet, no endereço eletrônico www.idecan.org.br, juntamente com os Cadernos de Provas, conforme Edital.

PREENCHA MANUALMENTE:

INSCRIÇÃO

NOME COMPLETO

LÍNGUA PORTUGUESA

Texto para os itens 1 a 20

Maria Felipa liderou baianas na luta contra soldados portugueses

	<p>Não há festa de largo, roda de capoeira e roda de samba na Bahia sem um canto que faça saudações às mulheres que tiveram participações decisivas nas lutas pela independência do Brasil na Bahia.</p>
5	<p>Em "Marias Capoeiras", um dos sambas que homenageiam Maria Felipa de Oliveira, Sara Abreu canta: "Solta a mandiga aê, angoleira/ solta a mandiga á, angolá/ na roda da capoeira/ volta e meia vamos dar/ negras, índias e caboclas/ anciãs e feiticeiras/ guerreiras e capoeiras [...] e a Maria Felipa/ da Ilha de Itaparica/ pela Bahia lutou".</p>
	<p>Até chegar a esse lugar privilegiado da cultura do povo, Maria Felipa construiu uma das mais belas trajetórias entre as mulheres guerreiras da história do Brasil.</p>
10	<p>Segundo Oliveira Lima (1922), a Divisão Auxiliadora se posicionou no Rio de Janeiro no início de 1822 com 2.000 portugueses para obrigar dom Pedro 1º a retornar a Portugal, conforme determinações das Cortes de Lisboa.</p>
	<p>O insucesso da operação fez com que Portugal concentrasse seus esforços na província da Bahia para tentar dividir o território do Brasil em duas partes – ocuparia Salvador para, dali, reocupar o Rio.</p>
15	<p>Para tanto, os portugueses derrotados da Divisão Auxiliadora foram enviados à Bahia para se somar aos quase 2.500 soldados mandados por Portugal. Para vencer a guerra em Salvador, as tropas portuguesas deveriam dominar dois lugares estratégicos da província: a ilha de Itaparica e o rio Paraguaçu.</p>
	<p>Maria Felipa foi fundamental para impedir os planos das tropas portuguesas. Mulher negra, livre, marisqueira, capoeirista, moradora de Itaparica e conhecedora do rio Paraguaçu, principal via de comunicação entre Salvador e o Recôncavo Baiano, ela rapidamente se engajou nas lutas como voluntária.</p>
20	<p>Começou remando durante a madrugada no Paraguaçu para levar mantimentos e informações sobre a guerra obtidas nas rodas de capoeira para a resistência baiana que estava em Cachoeira. Voltava com munições para impedir que os portugueses tivessem acesso ao rio e cercassem o comando das tropas baianas.</p>
	<p>Sem acesso ao rio, os portugueses decidiram invadir Itaparica para fechar o acesso à Baía de Todos os Santos e conquistar Salvador. Dominar a ilha era fundamental para que os portugueses obtivessem alimentos, pois as tropas baianas tinham feito uma barreira em Pirajá, única via de acesso ao Recôncavo por terra.</p>
25	<p>Diante do perigo, Maria Felipa não teve dúvida: organizou um Exército de mulheres insulanas, conhecidas como "vedetas", para vigiar a movimentação das embarcações portuguesas nas praias.</p>
	<p>Quando os portugueses desembarcaram na ilha, elas formaram um cerco e lutaram com facas e folhas de cansaço, uma folha urticante que causa queimaduras na pele.</p>
30	<p>Surrados pelas vedetas, os portugueses correram de volta para suas embarcações com a intenção de ganhar tempo para um contra-ataque. Para garantir que eles não voltassem a pisar na ilha, o grupo liderado por Maria Felipa entrou no mar e ateou fogo nas embarcações, destruindo duas delas e obrigando os portugueses a recuar.</p>
	<p>Com seu conhecimento de estratégia militar, ela fez mais: garantiu a vitória das tropas baianas. Quando ela e as vedetas bloquearam o acesso ao rio Paraguaçu e protegeram Itaparica, os portugueses foram derrotados e ficaram sitiados em Salvador sem alimentos até serem expulsos em 2 de julho de 1823.</p>
35	<p>A vitória baiana representou um momento de inflexão das lutas pela independência do Brasil a partir do qual a ruptura definitiva com Portugal era questão de tempo.</p>
	<p>Nesse momento, ocorreu a adesão do setor dominante da província ao projeto de uma monarquia constitucional centralizadora de dom Pedro 1º, fortalecendo a abertura da Constituinte, em 3 de maio de 1823. Havia a promessa de que a centralização não comprometeria a autonomia política local e a preservação dos interesses há muito conquistados, como a manutenção do escravismo.</p>
40	<p>O início dos trabalhos constituintes, no entanto, não significou o fim das lutas sangrentas, que aconteceram nas chamadas províncias do norte e do nordeste até 1825.</p>
	<p>As lutas pela independência contaram com a adesão dos setores populares dessas províncias – indígenas, homens e mulheres escravizados e livres. Eles viram nesses conflitos a possibilidade de construção de um Estado com viés republicano e conquistas de liberdade, participação política e melhores condições de vida.</p>
45	<p>Sentindo-se traídos pela monarquia, esses grupos continuaram lutando por direitos como na Revolta dos Periquitos, na Bahia, e na Confederação do Equador, ambas violentamente reprimidas pelas tropas de dom Pedro 1º, em 1824.</p>
	<p>Abundam nos arquivos brasileiros relatos sobre o perigo da luta política por direitos das populações negras escravizadas e livres, cobrando ações para contê-las e fazê-las retornar ao trabalho.</p>
50	<p>Por isso, não bastou punir as lideranças dos movimentos que questionavam o projeto monarquista. Foi preciso apagar da história o rastro da experiência da luta de um contingente enorme por cidadania.</p>
	<p>Isso explica em parte a ausência de relatos nas obras históricas durante o século 19 e boa parte do século 20 sobre a arguta estratégia de Maria Felipa, mulher negra e livre, e seu papel na derrota das tropas portuguesas na Bahia, bem como o papel central da província para a consolidação da independência do Brasil, após 1823.</p>

55	<p>Outra explicação para o apagamento é que, segundo os contemporâneos, ela continuou desafiando moral e politicamente os padrões da época ao liderar a luta por direitos da população insulana até a sua morte, em 1873.</p> <p>Em 1921, o literato e deputado federal Xavier Marques publicou o romance "O Sargento Pedro". Nele, em meio às lutas pela Independência em Itaparica, uma "mulher agigantada, com a camisa descahida, as costas lavadas de suor, os cabelos revoltos, [que] agitava-se à frente da turba, com [um] homem preso pela gola da vestia, e sempre a gritar: – Canta! Senão te mato... Canta... 'Havemos de comer/Marotos com pão'".</p>
60	<p>Sua coragem e liderança começaram a ser valorizadas duas décadas depois, em 1942, nas obras de Ubaldo Osório Pimentel (1883-1974), nascido e criado em Itaparica, pai de uma menina de nome Maria Felipa e avô materno de João Ubaldo Ribeiro (1941-2014).</p> <p>Em "A Ilha de Itaparica" e "A Ilha de Itaparica, História e Tradição", o autor descreve Maria Felipa como uma "creoula estabanada, alta e corpulenta que usava torço e saia rodada [...] gozava de uma grande popularidade entre os praiheiros que admiravam o desassombro e a [sua] coragem".</p>
65	<p>João Ubaldo Ribeiro inverteu as características que criminalizaram Maria Felipa no início do século 20 para avançar no caminho aberto nas obras do seu avô e retratá-la, em 1986, como Maria da Fé, a protagonista do livro "Viva o Povo Brasileiro", pulsante, cheia de energia para as lutas travadas desde a infância.</p> <p>Eny Kleyde Vasconcelos de Farias, em "Maria Felipa de Oliveira, Heroína da Independência da Bahia" (2010), retomou as trilhas abertas por Edith Mendes Gama e Abreu, que, em 1973, havia escrito sobre Maria Felipa em "Aspectos do 2 de Julho", destacando sua extraordinária coragem na batalha do rio Paraguaçu.</p>
70	<p>A inclusão da imagem de Maria Felipa em 2008 no cortejo do Dois de Julho, junto a outros heróis da Independência, aumentou a visibilidade da sua trajetória. Foi considerada matriarca da Independência de Itaparica, título que a colocou no panteão das heroínas brasileiras.</p> <p>Em 2005, a professora Filomena Oge a desenhou, com base na tradição oral, nos documentos utilizados nas obras de Ubaldo Osório e nos traços de pessoas que se afirmam como descendentes. Para a professora, Maria Felipa provavelmente era filha de sudaneses, descritos como "altos, bem formados [...] robustos física e intelectualmente".</p>
75	<p>O resgate da história dela nas lutas pela independência do Brasil na Bahia e a construção dessa memória pela população nos levam a mobilizar discussões em torno de uma questão: qual independência estamos comemorando neste bicentenário?</p> <p>A independência como uma repressão bem-sucedida de dom Pedro 1º e das elites locais, que se alinham ao projeto de uma monarquia centralizadora ao preço da manutenção do escravismo como política do Estado que surgia e da brutal violência contra homens e mulheres que continuaram nas ruas, lutando por direitos?</p>
80	<p>Ou a independência como uma revolução abortada nas várias guerras com participação de um contingente enorme de indígenas, homens e mulheres, como Maria Felipa, que abandonaram a própria vida pela expectativa de um país com mais oportunidades?</p> <p>Recordar a luta de mulheres como Maria Felipa significa convocar a força que as fez protagonistas de suas vidas para nos livrar da tirania em momentos cruciais da nossa história. Não será diferente em 2022, sabemos.</p>
85	

(Patrícia Valim. Professora do Departamento de história da UFBA (Universidade Federal da Bahia) em cooperação técnica com a Ufop (Universidade Federal de Ouro Preto). Marianna Teixeira Farias. Bacharel em história pela UFBA (Universidade Federal da Bahia) e mestranda em história social. Ilustríssima. Folha de S.Paulo, 5.set.2022)

<p>Em relação às ideias, sentidos e análise do texto, julgue os itens a seguir:</p> <p>1. A ausência de Maria Felipa nas obras historiográficas se dá por uma atitude repressora contra movimentos que pudessem evocar a cidadania e os direitos das populações negras, tanto escravizadas quanto livres.</p> <table border="1" style="width: 100%;"> <tr> <td style="width: 20px; text-align: center;"><input type="checkbox"/></td> <td>VERDADEIRO</td> </tr> <tr> <td style="width: 20px; text-align: center;"><input type="checkbox"/></td> <td>FALSO</td> </tr> </table>	<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO	<input type="checkbox"/>	FALSO	<p>3. Oficialmente Maria Felipa foi alçada a heroína somente no século XX.</p> <table border="1" style="width: 100%;"> <tr> <td style="width: 20px; text-align: center;"><input type="checkbox"/></td> <td>VERDADEIRO</td> </tr> <tr> <td style="width: 20px; text-align: center;"><input type="checkbox"/></td> <td>FALSO</td> </tr> </table>	<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO	<input type="checkbox"/>	FALSO
<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO								
<input type="checkbox"/>	FALSO								
<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO								
<input type="checkbox"/>	FALSO								
<p>2. A figura de Maria Felipa ressurgiu numa releitura histórico-literária praticamente um século depois do processo histórico da Independência.</p> <table border="1" style="width: 100%;"> <tr> <td style="width: 20px; text-align: center;"><input type="checkbox"/></td> <td>VERDADEIRO</td> </tr> <tr> <td style="width: 20px; text-align: center;"><input type="checkbox"/></td> <td>FALSO</td> </tr> </table>	<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO	<input type="checkbox"/>	FALSO	<p>4. O texto se classifica principalmente como descritivo-narrativo.</p> <table border="1" style="width: 100%;"> <tr> <td style="width: 20px; text-align: center;"><input type="checkbox"/></td> <td>VERDADEIRO</td> </tr> <tr> <td style="width: 20px; text-align: center;"><input type="checkbox"/></td> <td>FALSO</td> </tr> </table>	<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO	<input type="checkbox"/>	FALSO
<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO								
<input type="checkbox"/>	FALSO								
<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO								
<input type="checkbox"/>	FALSO								
<p>5. O enredo da obra citada de João Ubaldo Ribeiro se constrói como continuidade das narrativas do seu avô.</p> <table border="1" style="width: 100%;"> <tr> <td style="width: 20px; text-align: center;"><input type="checkbox"/></td> <td>VERDADEIRO</td> </tr> <tr> <td style="width: 20px; text-align: center;"><input type="checkbox"/></td> <td>FALSO</td> </tr> </table>	<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO	<input type="checkbox"/>	FALSO	<p>5. O enredo da obra citada de João Ubaldo Ribeiro se constrói como continuidade das narrativas do seu avô.</p> <table border="1" style="width: 100%;"> <tr> <td style="width: 20px; text-align: center;"><input type="checkbox"/></td> <td>VERDADEIRO</td> </tr> <tr> <td style="width: 20px; text-align: center;"><input type="checkbox"/></td> <td>FALSO</td> </tr> </table>	<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO	<input type="checkbox"/>	FALSO
<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO								
<input type="checkbox"/>	FALSO								
<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO								
<input type="checkbox"/>	FALSO								

6. O penúltimo e o antepenúltimo parágrafos do texto se constroem numa relação antitética.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

7. Pela palavra “inflexão” (linha 34) entende-se a ideia de “recrudescimento”.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

Com relação aos aspectos linguísticos do texto, julgue os itens a seguir:

8. O termo “Paraguaçu” (linha 32) desempenha função sintática idêntica à de “Xavier Marques” (linha 56).

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

9. O contrário de “bem-sucedida” (linha 81) é “mal-sucedida”.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

10. Em “Até chegar a esse lugar privilegiado da cultura do povo, Maria Felipa construiu uma das mais belas trajetórias entre as mulheres guerreiras da história do Brasil” (linhas 6 e 7), há seis artigos.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

11. Na linha 54, “moral” desempenha papel adjetivo.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

12. Na linha 20, “das tropas baianas” desempenha função sintática de adjunto adnominal.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

13. Em “nos traços de pessoas **que** se afirmam como descendentes” (linha 76), o QUE se classifica como pronome relativo e exerce função sintática de sujeito.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

14. O demonstrativo (n)**este** (linha 79) desempenha papel dêitico.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

15. Em “Independência” (linha 73), há dez fonemas.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

16. No período “João Ubaldo Ribeiro inverteu as características que criminalizaram Maria Felipa no início do século 20 para avançar no caminho aberto nas obras do seu avô e retratá-la, em 1986, como Maria da Fé, a protagonista do livro ‘Viva o Povo Brasileiro’, pulsante, cheia de energia para as lutas travadas desde a infância” (linhas 66 a 68), há duas orações subordinadas adverbiais e uma coordenada sindética.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

17. Em “...as tropas portuguesas deveriam dominar dois lugares estratégicos da província: a ilha de Itaparica e o rio Paraguaçu” (linhas 13 e 14), o sinal de dois-pontos introduz uma explicação.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

18. Em “monarquia constitucional” (linha 36), ambas as palavras são formadas por derivação.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

19. Na linha 6, também seria adequado à norma culta escrever “chegar nesse lugar”.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

20. No período “Sem acesso ao rio, os portugueses decidiram invadir Itaparica para fechar o acesso à Baía de Todos os Santos e conquistar Salvador. Dominar a ilha era fundamental para que os portugueses obtivessem alimentos, pois as tropas baianas tinham feito uma barreira em Pirajá, única via de acesso ao Recôncavo por terra” (linhas 21 a 23), há duas locuções verbais.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

21. A Constituição Federal, no caput de seu art. 37, define que a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios devem seguir uma série de princípios, dentre eles o da, publicidade, impessoalidade, moralidade, eficiência e legalidade.

()	VERDADEIRO
()	FALSO

22. À luz da Constituição Federal, durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego, na carreira, com exceção dos que cumpram os requisitos para convocação especial.

()	VERDADEIRO
()	FALSO

23. O art. 37, XVI da Constituição Federal trata da vedação da acumulação de cargos públicos, porém, há ressalvas, como no caso do cargo de professor. Pautado em tal ressalva, Pedro Tenório, professor da prestigiada “Universidade Federal A” assumiu cargo, também de professor nas universidades “B” e “C”. A situação apresentada não fere o mandamento constitucional caso haja compatibilidade de horário na prestação do serviço.

()	VERDADEIRO
()	FALSO

24. Paulo Kazin é servidor público federal, acumulando mais de 20 anos de serviço no mesmo órgão. No intuito de “mudar de ares”, juntou-se com mais 3 amigos e montou uma sociedade privada, na qual assumiu a administração. Paulo foi imediatamente alertado por um colega de trabalho de que tal conduta seria vedada pela lei que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União. Paulo prontamente se defendeu, afirmando que não há óbice em assumir a administração de sociedade privada, desde que haja compatibilidade de horário. A resposta de Paulo Kazin está correta, porque vai ao encontro da normativa que rege a matéria, não havendo prejuízos ao serviço público decorrentes da atividade exercida.

()	VERDADEIRO
()	FALSO

25. Agnaldo Beluga é servidor público federal e, conhecedor de seus limites, direitos e proibições, nunca atuou como procurador ou intermediário, junto a repartições públicas, porém, sua irmã Suzane Beluga, devido a graves problemas de saúde, precisa buscar auxílio previdenciário. Agnaldo, como sempre prestativo, opta por atuar como procurador de sua irmã, afirmando que a proibição constante em lei não afeta a atuação como procurador quando se tratar de benefícios previdenciários ou assistenciais de parentes até o segundo grau, e de cônjuge ou companheiro. O entendimento explanado por Agnaldo é correto, sendo esta uma exceção a proibição do art. 117, XI da Lei 8.112/90.

()	VERDADEIRO
()	FALSO

26. O Diretor de determinado departamento de órgão da administração pública federal determina a um motorista, também servidor público concursado, que o leve ao aeroporto, para uma viagem de férias e o busque 15 dias depois no mesmo local. A ação praticada pode ser considerada como a de desviar servidor público para atendimento a interesse particular, clara infração ao Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal.

()	VERDADEIRO
()	FALSO

27. O decreto nº 1.171 de 22 de junho de 1994, que aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal prevê expressamente que toda ausência injustificada do servidor de seu local de trabalho é fator de desmoralização do serviço público, o que quase sempre conduz à desordem nas relações humanas.

()	VERDADEIRO
()	FALSO

28. Independentemente do ressarcimento integral do dano patrimonial, se efetivo, e das sanções penais comuns e de responsabilidade, civis e administrativas previstas na legislação específica, está o responsável pelo ato de improbidade sujeito, dentre outras cominações possíveis, ao pagamento de multa civil de até 24 (vinte e quatro) vezes o valor da remuneração percebida pelo agente.

()	VERDADEIRO
()	FALSO

29. Nos termos impostos pela lei 8.429/92, se ocorrer lesão ao patrimônio público, a reparação do dano não deverá deduzir o ressarcimento ocorrido nas instâncias criminal, civil e administrativa que tiver por objeto os mesmos fatos, até porque, em que pese se tratar da mesma situação, as esferas mencionadas são independentes entre si.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

30. A lei que Dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa é clara ao definir que o mero exercício da função ou desempenho de competências públicas, sem comprovação de ato doloso com fim ilícito, afasta a responsabilidade por ato de improbidade administrativa.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

31. Em análise ao teor da Lei Federal nº 11.091 de 12 de janeiro de 2005, a qual dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, é possível verificar que o art. 9º é didático ao definir que O ingresso nos cargos do Plano de Carreira far-se-á no padrão inicial do 1º (primeiro) nível de capacitação do respectivo nível de classificação, mediante seleção individualizada da Chefia Imediata, levando em conta unicamente os títulos e experiência de cada candidato.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

32. A lei Federal nº 13.709/2018, ao tratar do tratamento de dados pessoais de crianças e adolescentes define que este deve ser realizado com o consentimento específico e em destaque dado por pelo menos um dos pais ou pelo responsável legal, ou seja, dispensa-se o consentimento de ambos os pais.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

33. O Estatuto da Universidade Federal da Bahia – UFBA define em seu art. 10º o que constitui patrimônio da Universidade, listando em seus três incisos: I - bens e direitos adquiridos ou que venha a adquirir; II - doações, legados e heranças regularmente aceitos, com ou sem encargo; III - saldos dos exercícios financeiros transferidos para a conta patrimonial, vedando, como medida de preservação da moralidade administrativa, a alienação ou permuta de bens, mesmo que a medida tenha por objetivo à valorização do seu patrimônio.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

34. A estrutura da Universidade Federal da Bahia – UFBA é composta por Órgãos Superiores de Deliberação, de Administração Central, de Órgãos de Ensino, Pesquisa e Extensão, de Controle e de Fiscalização e Supervisão. Tomando por base tal premissa, é possível afirmar que São Órgãos Superiores de Deliberação da UFBA: o Conselho Universitário; Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão; Conselhos Acadêmicos e a Assembleia Universitária.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

35. Ao tratarmos dos Processos Administrativos, regulados pela Lei 9.784 de 29 de janeiro de 1999, temos que o órgão competente perante o qual tramita o processo determinará a intimação do interessado para ciência de decisão ou a efetivação de diligências, respeitando, em qualquer caso, a antecedência mínima de três dias úteis quanto à data de comparecimento. Caso ocorra o desatendimento da intimação, tal conduta importará no reconhecimento da verdade dos fatos e renúncia ao direito pelo administrado, conforme previsão expressa do art. 27 do mencionado códex, assemelhando-se, desta forma, ao instituto da revelia.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

36. A Lei 14.133 de 1º de abril de 2021, denominada como lei de licitações, define as regras que devem ser observadas para as aquisições promovidas por órgãos públicos, definindo, como modalidades de licitação, o pregão, a concorrência, o concurso, o leilão e o diálogo competitivo. No que tange a modalidade concorrência, não se exigirá registro cadastral prévio e não terá fase de habilitação, devendo ser homologado assim que concluída a fase de lances na forma definida no edital.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

37. Quanto ao acesso a informação, podemos afirmar que a classificação do sigilo de informações no âmbito da administração pública federal, em se tratando de informações definidas como “ultrassecetas”, é de competência exclusiva do Presidente da República e, em sua falta, do Vice-Presidente da República.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

38. A Lei 14.133 de 1º de abril de 2021, em seu art. 75, dispõe sobre as hipóteses em que é dispensável a licitação. Determinado órgão público, necessitando promover serviços de manutenção de veículos automotores de sua frota, apura que tais serviços terão o custo de R\$ 97.000,00 (noventa e sete mil reais). José dos Santos, servidor responsável por dar seguimento a pretendida contratação, aponta que não há óbice em prosseguir com a pretensão por meio de processo de dispensa de licitação. A afirmação de José dos Santos vai ao encontro da normativa vigente, até porque, a lei é clara ao definir que é dispensável a licitação para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 100.000,00 (cem mil reais) no caso de manutenção de veículos automotores.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

39. Com base nas informações contidas na Lei de Acesso à Informação (12.527/11), quanto a atribuição de responsabilidade, podemos afirmar categoricamente que constitui conduta ilícita que enseja responsabilidade do agente público ou militar, o ato de recusar a fornecer informação requerida nos termos desta Lei, retardar deliberadamente o seu fornecimento ou fornecê-la intencionalmente de forma incorreta, incompleta ou imprecisa.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

40. Cabe aos órgãos e entidades do poder público, observadas as normas e procedimentos específicos aplicáveis, assegurar a gestão transparente da informação, observando a sua disponibilidade, autenticidade e integridade, vedada a imposição de restrição de acesso em qualquer caso.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

41. O correio eletrônico é uma das ferramentas mais antigas da Internet. Julgue a seguinte afirmação: a implementação tradicional do correio eletrônico segue o modo síncrono com base no funcionamento de redes P2P (Peer to Peer).

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

42. O Microsoft Excel é o editor de planilhas mais utilizado no mundo. Considere uma planilha Excel com a célula A1 com valor numérico 5, a célula B1 também com valor numérico 5 e a célula C1 com conteúdo “=SE(B1>A1;0;1)”. O valor da célula C1 será o número 1.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

43. O sistema operacional Windows é o mais utilizado no mundo. Considere o Windows 10 em português e sem alterações para julgar a seguinte afirmação: um arquivo apagado por meio da confirmação em caixa de diálogo das teclas Shift + Del não poderá ser recuperado com as ferramentas do Windows, mas poderá ser recuperado usando ferramentas de outros fabricantes.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

44. Os computadores usam placas de rede para ter acesso à Internet. Existem placas de rede de conexões Wi-fi, cabeadas, Bluetooth, etc. Um exemplo correto de endereço físico de placa de rede Bluetooth é o 192.168.0.1.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

45. Os navegadores de Internet foram inicialmente codificados para abrir sites da internet que usam protocolos como http e https. Considere que um usuário usa o navegador Google Chrome na versão 90 ou superior. Esse usuário poderá abrir e visualizar uma foto digital em formato PNG no navegador.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

46. Existem diversos sites de busca e pesquisa na Internet que rastreiam os dados inseridos pelo usuário. Julgue a seguinte afirmação: o buscador DuckDuckGo não armazena histórico de busca e não atrela uma consulta realizada ao seu endereço IP mesmo utilizando um navegador que não está no modo anônimo.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

47. Um administrador de redes deseja proteger todos os computadores de uma rede bloqueando acesso a vários sites que ele considera que devem ser proibidos. O administrador de redes fica na dúvida em usar um antivírus, um firewall de rede ou um antispymware. O melhor aplicativo de segurança que deve ser utilizado pelo administrador de redes é um antivírus.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

48. Uma empresa teve os cabos de fibra óptica cortados por criminosos que confundiram esses cabos por cabos de cobre. O resultado imediato desse incidente resultou na queda de Internet na sede da empresa. A empresa teve o princípio de confidencialidade violado.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

49. Um funcionário de uma empresa liga o computador no início do expediente e verifica que surge uma mensagem que solicita um pagamento em Bitcoins ao tentar abrir os arquivos do computador, impossibilitando a leitura e edição desses arquivos. Julgue a seguinte afirmação: o malware que infectou o computador é um ransomware.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

50. Uma empresa leva muito a sério o backup de dados por conta dos últimos acontecimentos de Ransomware. A empresa decide realizar o backup de todos os dados uma vez por dia de segunda-feira a sexta-feira em unidades de armazenamento diferentes. A empresa realiza o backup conhecido como diferencial.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

51. Constitui um dos objetivos da seguridade social a diversidade da base de financiamento, identificando-se, em rubricas contábeis específicas para cada área, as receitas e as despesas vinculadas a ações de saúde, previdência e assistência social, preservado o caráter contributivo da previdência social.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

52. A pessoa jurídica em débito com o sistema da seguridade social, como estabelecido em lei, não poderá contratar com o Poder Público, mas poderá receber dele, benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, desde que haja previsão orçamentária.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

53. O conselho Tutelar é competente para representar junto à autoridade judiciária e aplicar penalidades administrativas nos casos de infrações contra norma de proteção à criança ou adolescente.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

54. Os cientistas que partilham da abordagem qualitativa em pesquisa se opõem, em geral, ao pressuposto experimental que defende um padrão único de pesquisa para todas as ciências, calcado no modelo de estudo das ciências da natureza.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

55. O problema, na pesquisa qualitativa, é uma definição apriorística, fruto de um distanciamento que o pesquisador se impõe para extrair as leis constantes que o explicam e cuja frequência e regularidade pode-se comprovar pela observação direta e pela verificação experimental.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

56. O pesquisador deve, preliminarmente, despojar-se de preconceitos, predisposições para assumir uma atitude aberta a todas as manifestações que observa, sem adiantar explicações, nem conduzir-se pelas aparências imediatas, a fim de alcançar uma compreensão global dos fenômenos.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

57. A coleta de dados é um processo acumulativo e linear, cuja frequência, controlada e mensurada, autoriza o pesquisador, exterior à realidade estudada e dela distanciado, a estabelecer leis e prever fatos.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

58. Algumas pesquisas qualitativas não descartam a coleta de dados quantitativos, principalmente na etapa exploratória de campo ou nas etapas em que estes dados podem mostrar uma relação mais externa entre fenômenos particulares.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

59. Aplicam-se aos crimes relacionados aos casos de violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente, penas de cesta básica e de outras de prestação pecuniária, sendo vedada a substituição de pena que implique o pagamento isolado de multa.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

60. É vedado que profissionais de outras áreas exerçam as atribuições privativas do/a assistente social, ou que subscrevam seu entendimento técnico em matéria de Serviço Social, mesmo considerando a atuação em equipe multiprofissional ou interdisciplinar.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

61. A previsão das condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social passou a ter estatuto e dimensão normativa a partir de agosto de 2006, através da Resolução nº 493/2006 (CFESS), onde se estabeleceu a obrigatoriedade para a realização e execução de qualquer atendimento ao usuário do Serviço Social, da existência de espaço físico adequado, suficiente para abordagens individuais ou coletivas, conforme as características dos serviços prestados.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

62. Na qualidade de profissional, o assistente social pode prestar depoimento como testemunha, tendo em vista que atuou tecnicamente em relação à determinada situação, tendo acesso a informações e fatos em decorrência do exercício profissional.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

63. A infração ética é considerada de natureza disciplinar, uma vez que representa a violação dos princípios e normas disciplinares éticas, estabelecidas pelo Conselho Federal, por meio de Resolução, com base nas decisões dos encontros nacionais CFESS/CRESS, fórum máximo de deliberação da categoria.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

64. O projeto ético-político do Serviço Social emergiu de forma organizada na década de 1980, no contexto de redemocratização da sociedade brasileira, de reorganização política dos movimentos sociais, partidos e entidades dos trabalhadores e de organização político-sindical da categoria profissional, contando com a participação de setores profissionais vinculados a diferentes partidos políticos de esquerda e movimentos democrático-populares, com diversas referências teóricas e políticas, especialmente as apoiadas na tradição marxista e as vinculadas ao pensamento católico progressista, oriundo de correntes da Teologia da Libertação.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

65. A capacitação profissional é necessária para o desvelamento da realidade em face das implicações éticas do agir profissional, dos conflitos éticos presentes no cotidiano profissional, dos impasses diante das escolhas de valor, entre outros.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

66. A emancipação é o valor de caráter humano-genérico mais central do projeto ético-político do Serviço Social, indicando sua finalidade técnico-operativa mais genérica, estando conectada à lógica interna e à concepção ética que o fundamenta histórica e ontologicamente.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

67. A busca de ruptura com o conservadorismo profissional é produto histórico de uma prática social coletiva construída historicamente a partir de inúmeras determinações que se exaurem no projeto ético-político, percorrendo um processo desencadeado desde os anos 1950, impulsionado pela erosão das bases do tradicionalismo profissional e pela renovação da profissão nos marcos da crise do capitalismo pós-guerra, pela eclosão de movimentos revolucionários e contestatórios, em nível mundial e latino-americano, e no Brasil, no âmbito da autocracia burguesa, na década de 1960.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

68. O projeto ético-político exigiu uma nova postura ética, novos valores, e referenciais teóricos e a reformulação das principais referências para a formação profissional e para a fiscalização do exercício profissional: as disciplinas de Ética e de Fundamentos Filosóficos dos Currículos de Serviço Social, o Código de Ética e a Lei de Regulamentação da profissão.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

69. A práxis faz parte da cotidianidade: e para responder às necessidades práticas e imediatas de reprodução dos indivíduos, em sua singularidade, a vida cotidiana se reproduz a partir de uma dinâmica que coloca outras exigências: o messianismo, o pragmatismo, a universalidade e repetição crítica de modos de vida e valores.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

70. A ausência de informação e discussão com o usuário sobre sua situação questionada ou solicitada, na relação profissional ou mesmo quando prestadas as informações e o profissional tenta interferir na decisão do usuário em razão de seus valores e crenças, sem dúvida, caracterizar-se-á como infração disciplinar, podendo incorrer em suspensão de um a dois anos de exercício da profissão caso seja comprovada a infração.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

71. Provada a participação ativa ou conivência de empresas, entidades, instituições ou firmas individuais nas infrações a dispositivos desta lei pelos profissionais delas dependentes, serão estas também passíveis das multas aqui estabelecidas, na proporção de sua responsabilidade, sob pena das medidas judiciais cabíveis. No caso de reincidência na mesma infração no prazo de dois anos, a multa cabível será elevada ao dobro.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

72. A supervisão de estágio é uma atribuição privativa do Assistente Social, ou seja, é vedado a outro profissional exercer a supervisão de estagiários de Serviço Social, em conformidade com o inciso VI do artigo 4º da Lei nº 8.662/1993.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

73. Para o enfrentamento da pobreza, a assistência social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, garantindo mínimos sociais e provimento de condições para atender contingências sociais e promovendo a universalização dos direitos sociais. A organização da Assistência Social obedecerá às seguintes diretrizes: participação da população na formulação e controle das ações em todos os níveis e descentralização, com comando único em cada esfera de governo.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

74. Ao requerer o auxílio-inclusão, o beneficiário autorizará a suspensão do benefício de prestação continuada, nos termos do art. 21-A da LOAS. O auxílio-inclusão será concedido automaticamente pelo INSS, observado o preenchimento dos demais requisitos, mediante constatação, pela própria autarquia ou pelo Ministério da Cidadania, de acumulação do benefício de prestação continuada com o exercício de atividade remunerada.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

75. Numa leitura crítico-dialética das instituições, vemos que elas não se constituem como blocos monolíticos, mas, ao contrário, são constitutivas e constituintes da contradição. Nelas, dadas as diferenças e divergências quanto aos interesses, metas, objetivos, direção política e formas de encaminhar as soluções aos problemas, explicita-se claramente a dimensão investigativa da profissão, dimensão esta pela qual a profissão pretende uma mudança na forma e no conteúdo do poder vigente, seja na instituição, na sua relação com o usuário, na estrutura da sociedade capitalista ou em todos esses níveis.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

76. Ao adotar a categoria práxis na análise da instrumentalidade do Serviço Social, vê-se que ela se coloca como campo privilegiado no qual as articulações, os nexos, as contradições entre instrumentalidade e racionalidade, teorias e práticas se movimentam. Mais ainda, a práxis tem na atividade seu traço vital: a instrumentalidade coloca-se à práxis como conduto de passagem, ao mesmo tempo que a práxis produz, porta e expressa uma determinada racionalidade, já que o pensamento se encontra substantiva e organicamente vocacionado para a ação.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

77. A aproximação dialética no conhecimento da singularidade não pode ocorrer separadamente das suas múltiplas relações com a particularidade e com a universalidade. Estas não estão contidas no dado imediatamente sensível de cada singular, pois a realidade e a essência deste só pode ser exatamente compreendida quando estas mediações expostas na essência são postas no imediato.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

78. Na afirmação da sua instrumentalidade, o assistente social acaba por utilizar-se de um repertório técnico operativo comum a outras profissões sociais, porém a intencionalidade posta na utilização do instrumental técnico porta a tendência de propiciar resultados condizentes com a perspectiva para a qual sua ação se direcionou. A maneira como o profissional utiliza os instrumentos e técnicas historicamente reconhecidos na profissão encontra-se referenciada pelas expectativas que sustentam suas ações.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

79. A situação conjuntural dos países da América Latina, em épocas históricas específicas, delimitou possibilidades e limites no desenvolvimento da reconceituação, condicionando avanços e retrocessos em termo da orientação assumida. Assim, a reconceituação se configura como um bloco monolítico de ideias e posições, em que coexistem tendências e correntes nem sempre possíveis de conciliar entre si.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

80. No Brasil, dadas as características de um desenvolvimento tardio e apenas esporadicamente democrático, o fordismo não foi acompanhado das garantias sociais que, nos países desenvolvidos, permitiram a irradiação dos ganhos de produtividade ao conjunto da população. Com as restrições à organização sindical e à liberdade política impostas pelo regime militar, a industrialização brasileira pós-1964 caracterizou-se por uma perversa combinação entre excepcionais taxas de crescimento econômico e de exclusão social.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

81. O quadro político-institucional que emergiu nos anos 40, destaca-se, em particular, enquanto determinante central da precariedade e flexibilidade do regime de trabalho no Brasil. Apesar dessas características expressas, por exemplo, na crescente oferta de emprego que se reproduziu nos marcos da cidadania regulada desde os anos 30 terem uma existência anterior, é praticamente um consenso na literatura que os anos dourados contribuíram para a criação de novas mediações na reprodução, implicando seu redimensionamento quantitativo e também qualitativo.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

82. A crise de 1929/1932 marcou uma mudança substantiva no desenvolvimento das políticas sociais nos países capitalistas da Europa ocidental. Embora o período entre as duas grandes guerras mundiais tenha registrado forte expansão das políticas sociais, ele é reconhecido como momento de redução de instituições e práticas estatais neoliberais.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

83. O comportamento da alocação de recursos para as políticas sociais mais globalmente, e de modo específico para a seguridade social, tende a ser pró-cíclico e regressivo, ao invés de se constituir como anticíclico, conforme o padrão keynesiano, o que permite apenas a existência de mecanismos compensatórios que não alteram profundamente a estrutura das desigualdades sociais.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

84. Consideram-se serviços de alta complexidade os que ofertam atendimentos às famílias e indivíduos com seus direitos violados, mas cujos vínculos familiar e comunitário não foram rompidos. Neste sentido, a legislação prevê que tais serviços necessitam de maior estruturação política e atenção coletiva e assistencial, e, ou, de acompanhamento sistemático e monitorado.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

85. São considerados serviços de proteção básica de assistência social aqueles que potencializam a família como unidade de referência, fortalecendo seus vínculos internos e externos de solidariedade, através do protagonismo de seus membros e da oferta de um conjunto de serviços locais que visam a convivência, a socialização e o acolhimento, em famílias cujos vínculos familiar e comunitário não foram rompidos, bem como a promoção da integração ao mercado de trabalho.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

86. A Centralidade na família para concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos e a participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis, constituem uma das diretrizes através das quais se organiza a Assistência Social.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

87. A LOAS menciona como um dos objetivos da política de assistência social, a universalização dos direitos sociais, a qual remete ao papel da política de garantir o pleno acesso a direitos no conjunto de provisões que oferece, assim como orientar a população no acesso a outras políticas sociais. Nesse sentido, quando o SUAS, através de suas equipes e unidades, realiza ações para o fortalecimento da participação social dos usuários e dos movimentos sociais, ou quando oferece ações de orientação sobre as suas ofertas e ofertas de outras políticas na capacitação para conhecimento de seus direitos ou quaisquer outras ações que visem o fortalecimento e acesso a direitos, ele está cumprindo aquele objetivo.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

88. A Vigilância Socioassistencial possui, necessariamente, o compromisso com a instituição e consolidação de um modelo de atenção que, partindo do reconhecimento e identificação das necessidades da população, aja proativamente para assegurar a oferta e efetivar o acesso das famílias e indivíduos aos serviços socioassistenciais. Tal modelo implica, não apenas o planejamento da oferta com base no diagnóstico da demanda, mas também a instituição da busca ativa como método estratégico de efetivação do acesso, potencializando o caráter preventivo das ações, ou, no mínimo, evitando o agravamento dos danos.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

89. Na implementação da política nacional do idoso, são competências dos órgãos e entidades públicos: zelar para que os dados coletados e informados pelos órgãos de proteção do idoso estejam em diálogo com dados produzidos em todo o território brasileiro.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

90. Os conselhos nacional, estaduais, do Distrito Federal e municipais do idoso serão órgãos permanentes, paritários e deliberativos, compostos por igual número de representantes dos órgãos e entidades públicas e de organizações representativas da sociedade civil ligadas à área. São competências dos referidos órgãos a supervisão, o acompanhamento, a fiscalização e a avaliação da política nacional do idoso, no âmbito das respectivas instâncias político-administrativas.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

91. As ações de assistência estudantil serão executadas por instituições federais de ensino superior, abrangendo os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, considerando suas especificidades, as áreas estratégicas de ensino, pesquisa e extensão e aquelas que atendam às necessidades identificadas por seu corpo docente. As ações de assistência estudantil devem considerar a necessidade de democratizar a igualdade de oportunidades e as taxas de retenção, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

92. A educação superior tem por finalidade criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais, tendo por meta a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para noventa por cento da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para dezoito, ao final de cinco anos, a contar do início de cada plano.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

93. As políticas de educação superior no Brasil, sobretudo a partir dos anos 90, realçam a precisão de dilatar o acesso dos jovens a esse nível de ensino, por causa do alto contingente excluído do acesso para a universidade. Uma das formas de ampliar esse acesso, preconizadas por essas políticas, refere-se ao oferecimento de cursos de graduação noturnos. Neste sentido, instituições de educação superior devem ofertar, no período noturno, cursos de graduação nos mesmos padrões de qualidade mantidos no período diurno, sendo obrigatória a oferta noturna nas instituições públicas, garantida a necessária previsão orçamentária.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

94. A democratização da educação superior não está restrita à ampliação de oportunidades para a entrada e concepção de mais vagas. Além da expansão das matrículas e da inclusão social de pessoas desassistidas por motivo de suas condições econômicas e diversos fatores, é indispensável que lhes sejam garantidos também os meios de estabilidade sustentável, as condições apropriadas para conseguirem com boa qualidade os estudos. Do exposto, estudos apontam como empecilho para a democratização e expansão da educação superior, a vulnerabilidade de grande parte da população brasileira.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

95. O DataSUS conta com diversas ferramentas de tabulação de dados produzidos no âmbito da política de saúde, auxiliam a compor o quadro dos riscos e vulnerabilidades aos quais as pessoas e famílias estão sujeitas, em um determinado território. Entre eles se destacam: Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN); Sistema de Informação de Mortalidade (SIM) e Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos (SINASC).

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

96. Um dos mais conhecidos sentidos atribuídos ao atendimento integral na saúde se refere ao reconhecimento do todo indivisível que cada pessoa representa, trazendo como consequência a fragmentação da atenção, reconhecendo os fatores socioeconômicos e culturais como determinantes da saúde, e, principalmente, sugerindo um modelo integral de atenção que tem como suposto a cura da doença, mas alarga os horizontes do mundo da vida espiritual e material.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

97. As medidas judiciais destinadas à proteção de interesses coletivos, difusos, individuais homogêneos e individuais indisponíveis da pessoa com deficiência poderão ser propostas pelo Ministério Público, pela Defensoria Pública, pela União, pelos Estados, pelos Municípios, pelo Distrito Federal, por associação constituída há mais de 1 (um) ano, nos termos da lei civil, por autarquia, por empresa pública e por fundação ou sociedade de economia mista que inclua, entre suas finalidades institucionais, a proteção dos interesses e a promoção de direitos da pessoa com deficiência.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

98. No âmbito do Ministério dos Direitos Humanos, compete à Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, o desenvolvimento de programas especiais de prevenção de acidentes domésticos, de trabalho, de trânsito e outros, bem como o desenvolvimento de programa para tratamento adequado a suas vítimas.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

99. A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das contribuições sociais do trabalhador e dos demais segurados da previdência social, devendo ser adotadas alíquotas progressivas de acordo com o valor do salário de contribuição, incidindo contribuição sobre aposentadoria e pensão concedidas pelo Regime Geral de Previdência Social.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO

100. Se houver indícios de ato de violação de direitos de criança ou de adolescente, os pais ou responsáveis comunicarão o fato ao Ministério Público, que encaminhará os documentos pertinentes para a Justiça da Infância e da Juventude.

<input type="checkbox"/>	VERDADEIRO
<input type="checkbox"/>	FALSO